

ENSAIO

LITERATURA E BRASILIDADE:
o possível projeto de nação da Revista Brasileira da
Academia Brasileira de Letras (1941 – 1945)

ANDREZZA ALVES VELLOSO¹

Data em que o trabalho foi recebido: 30/03/2026

Data em que o trabalho foi aceito: 25/05/2026

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: andrezza.velloso@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2920-0554>

INTRODUÇÃO

Não se pode estudar a literatura isolada de toda cultura de uma época, é ainda mais nocivo fechar o fenômeno literário apenas na época de sua criação, em sua chamada atualidade.²

O presente ensaio buscará apresentar as reflexões iniciais que giram em torno do empreendimento editorial promovido pela Academia Brasileira de Letras (ABL) no processo de reivindicação do periódico *Revista Brasileira* (RB), objeto de estudos no atual projeto de doutoramento em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Como previamente estipulado pelas orientações prestadas para a realização deste trabalho, me permitirei um diálogo mais aberto e talvez menos *academicista* nas breves páginas que se darão a seguir – aproveitando a oportunidade, inclusive, para considerações mais francas com e sobre as fontes que pretendo analisar ao longo dos próximos quatro anos. Ainda que não domine plenamente o ensaio enquanto produção textual, em parte por desconhecimento da forma, em muito pela adequação quase automática à escrita acadêmica; tentarei explorar ao máximo as possibilidades abertas através desta proposta de escrita que flerta a academia histórica, em sua essência e objetivo, com a Literatura e o fazer literário.

Tendo em vista a delicadeza da discussão em torno das aproximações e divergências entre essas formas narrativas – a histórica e a literária –, faz-se necessário o esclarecimento de alguns posicionamentos em torno das definições que marcam a atuação, relevância e influência de ambas as áreas na consolidação do conhecimento humano e suas respectivas ciências educacionais. Remontando a alvorada do conhecimento filosófico ocidental, e conforme previamente estabelecido na *Poética* de Aristóteles, acredito que ao historiador compete o relato dos fatos que aconteceram, testemunhados e recontados por sujeitos reais em suas vivências reais. Enquanto isso, ao poeta, seria permitida a possibilidade de conjecturar, imaginar, acerca dos fatos da forma como eles *deveriam* ou *poderiam* ter acontecido.

Cercada de múltiplas possibilidades de análise, a História se reinventa em sua própria prática e amplia seus alcances metodológicos e objetivos, sobretudo a partir da revolução promovida pela Nova História através da atuação dos historiadores da geração de 1970. Elucidados sobre sua posição enquanto leitores, os historiadores articulam suas questões ao passado conscientes de que sua própria percepção dos fatos que ocorreram está inevitavelmente marcada por diversas condições culturais,

² BAKHTIN, Mikhail. A ciência da literatura hoje. In: _____. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. São Paulo: Editora 34, 2017.

sociais, políticas e geográficas próprias do presente de quem escreve. Contudo, tais possibilidades de compreensão e (des)construção do passado precisam estar devidamente ancoradas em uma ciência história que não está desassociada de um compromisso com a veracidade das informações prestadas – independente da estratégia narrativa utilizada para a formulação da História.³

Dessa forma, acredito que, apesar de espinhosa, a aproximação de ambas as áreas enriquece não apenas as análises realizadas pelos pesquisadores, como também possibilitam a renovação do olhar acerca do passado e a compreensão que se tem (ou que se pretende ter) sobre fatos já ocorridos. Para o exercício de reflexão que proponho nas páginas a seguir, é importante manter em mente que, apesar de utilizar da literatura e a forte aproximação com a forma literária, defendo que o historiador tem suas próprias formas de lidar com as fontes, as informações conferidas e a formulação do conhecimento histórico que apenas o difere de outros profissionais das ciências humanas. Portanto, me disponho a fazer brevíssimas considerações históricas a respeito da Literatura enquanto estratégia motriz de um discurso de nação defendido pela ABL através das páginas da fase V do periódico Revista Brasileira, em vigência (ainda que com constantes e longas interrupções ao longo dos séculos XIX e XX) desde 1855. Mais do que definir o que era Literatura para a ABL neste primeiro momento, minhas inquietações apresentadas aqui giram em torno dos prováveis objetivos políticos e culturais que incentivaram a referida movimentação da ABL em uma espécie de recuperação de sua memória institucional que estava relacionada, indiretamente até 1941, à RB.

A REVISTA BRASILEIRA E O DISCURSO DE NAÇÃO VARGUISTA

A literatura é, sem dúvida, e acima de tudo, uma expressão do espírito [...]. Sofre a influência do meio em que vive. É ocidental, é americana, é brasileira – como pode ser oriental, asiática, chinesa. O gênio dos povos se manifesta, por sua literatura, mais do que por qualquer das outras formas de expressão.⁴

Durante o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado, entre os anos de 2019 e 2022 na mesma instituição onde atualmente busco o doutoramento, me debrucei a respeito do processo de consagração literária de uma obra inicialmente censurada pela monarquia portuguesa. Ao longo do

³ BARROS, José d'Assunção. *Teoria da História, vol II*. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2014.

⁴ ACADEMIA Brasileira de Letras. Revista Brasileira. In: ACADEMIA Brasileira de Letras. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, número 1, junho de 1941, p. I-IV.

século XIX, conforme pude apontar em minha pesquisa,⁵ foi possível identificar a estratégia sociocultural associada à transformação da ordem política vigente que possibilitou o reconhecimento da referida obra, *O Hyssope*, enquanto um clássico da literatura portuguesa.

Contudo, apesar das questões em torno da canonização dos versos de António Dinis da Cruz e Silva estarem sanadas, permaneci com diversos apontamentos em torno dos órgãos que conferem tais consagrações a obras como esta que dissequei ao longo do mestrado. Afinal de contas, o empenho dos intelectuais para a valoração de tal obra de nada valeria se não existissem instituições responsáveis pela outorga de determinados títulos. Ou seja, para que seja empreendida as forças subjetivas no processo de reconhecimento da obra, é necessário que exista um órgão regulador que valida (ou não) tais defesas identificadas. Dessa forma, novas inquietações surgiram em torno de tais instituições responsáveis pela validação de determinados discursos.

Deslocando-me do século XVIII português para o contexto brasileiro, comecei a me perguntar sobre as instituições responsáveis pela consolidação de uma dita cultura literária brasileira. Indo além, começou a me inquietar as motivações que levavam à defesa de determinados discursos em detrimento de outros. Afinal de contas, como já é amplamente discutido na historiografia contemporânea, sabe-se que a construção de memórias coletivas parte de manipulações discursivas que, obrigatoriamente, selecionam os fatos pertinentes à memória que se pretende construir.⁶ Exemplo claro disto é a própria epopeia em torno da valorização de Dinis e seu *Hyssope*, visivelmente alinhados ao fortalecimento da ordem republicana e liberal que condenava a vigência da monarquia nos Estados europeus ao longo do século XIX. Foi quando o discurso cultural vigente deflagrou o posicionamento do senso comum com relação ao modelo político em curso que *O Hyssope* encontrou o lugar que tanto galgara no *hall* das obras clássicas de Portugal.

Dessa forma, refletir sobre as instituições que validam determinados discursos ou produtos culturais é, de certa forma, refletir a respeito do discurso que está em curso no momento. Seja porque tal instituição é contrária ao que se identifica no momento e encontra nos produtos culturais uma forma de se posicionar negativamente ao fluxo em questão, seja porque a instituição está alinhada ao que se pretende instituir coletivamente e utiliza das estratégias que possui para defender determinados projetos (de nação, de cultura, de povo ou de Estado). Quando se tratando de instituições

⁵ VELLOSO, Andrezza A. *Impressos que contam história(s):* considerações sobre as edições oitocentistas da obra *O Hyssope*, de António Diniz da Cruz e Silva. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 158 p. 2022.

⁶ HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

regulamentadas pelo Estado, tal alinhamento se torna mais perceptível, aflorando com maior evidência o que se pretende defender como ordem vigente.

Foi em meio a tais reflexões que me deparei com a Academia Brasileira de Letras, consagrada como a maior instituição literária existente no Brasil. Fundada em 1897 por escritores como Machado de Assis, Lúcio Mendonça, Olavo Bilac, Graça Aranha, Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa, entre outros, a ABL apresentou por objetivo o cultivo e a valorização da língua portuguesa e da literatura brasileira. Conforme apontado pela própria ABL em sua página institucional, à Academia é reconhecido o mérito por esforços de unificar as línguas portuguesas faladas no Brasil e em Portugal, teve um papel fundamental no Acordo Ortográfico de 1945 e é responsável pela atribuição de diversos prêmios e títulos literários que consagram os *maiores* nomes da literatura brasileira.

Apesar de já ter sido explorada em diversos trabalhos que abordam seu momento de criação e consolidação, como propõe o trabalho do historiador João Paulo Coelho de Souza Rodrigues⁷ – que expõe as estratégias políticas e culturais que justificaram o surgimento da referida instituição –, me despertou a atenção a forma como a Academia “nasceu”: entre os encontros dos literatos que publicavam no tímido periódico *Revista Brasileira: Jornal de Litteratura, Theatros e Industria*. À época, o periódico, que estava em sua fase III e sob a direção de Nicolau Midosi, dedicava-se à “servir, com dedicação e sinceridade, a causa da cultura nacional”⁸. As discussões em torno da literatura evidenciaram-se entre tais intelectuais e escritores que, organizados em uma ampla rede de sociabilidade promovido pelo espaço editorial da RB, sentiram a necessidade de consolidação de um órgão institucional que discutisse e validasse a literatura produzida em território nacional.

É neste momento, então, que encontrei a Revista Brasileira. Publicada pela primeira vez em 1855, o periódico pretendia ampliar os limites timidamente alcançados pelo Jornal Guanabara a fim de consolidar-se como um espaço dedicado à “instrução do povo em um jornal em que fossem discutidas e aclaradas” as questões em torno da literatura erudita e, para tal, procurou ser construída a partir da contribuição de “poderosos auxiliares na flôr dos nossos talentos”⁹. O período intitulado como Fase I da RB compreende as poucas publicações lançadas entre 1855 e 1857 sob a direção de Cândido Batista de Oliveira. Existiriam outras três fases antes de encontrar aquela que, pertinentemente, atenderia às minhas expectativas superficialmente delimitadas. O periódico seria

⁷ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política da Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

⁸ MIDOSI, Nicolau. *Revista Brasileira: jornal de litteratura, theatros e industria*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1985.

⁹ MENEZES, Francisco de Paula. *Revista Brasileira: jornal de litteratura, theatros e indústria*. Rio de Janeiro: Empreza Typ. de P. Brito (Impressor da Casa Imperial), 1855.

supervisionado por Nicolau Midosi (1879-1881), José Veríssimo (1895-1900) e Batista Pereira (1934-1935) antes de se recuperado pela Academia Brasileira de Letras, que assume a direção editorial da RB em 1941 e detém a responsabilidade de produção e veiculação do periódico até os dias atuais.

Para tornar a dita fase V (1941-1966) mais interessante, a iniciativa de recuperação do periódico por parte da ABL partiu do então presidente da Academia, o jurista Levi Carneiro. Dono de um vasto currículo no campo do Direito, sendo um dos fundadores e o primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Instituto dos Advogados do Brasil, Levi foi Consultor Geral da República no governo de Getúlio Vargas entre os anos de 1930 e 1932 e Deputado Constituinte até o golpe de 1937. Sim, seguindo alguns passos da maior instituição literária do Brasil, me deparei com um dos juristas responsáveis pela formulação da Constituição de 1934 – e essa informação é extremamente relevante para os passos que darei daqui em frente.

Tem a Academia [**Brasileira de Letras**] de servir, a um tempo, ao movimento de aproximação nacional, para fortalecer a unidade nacional, e ao movimento de aproximação internacional, para expansão do pan-americanismo. Dar a esses movimentos base sólida, pela difusão cultural, pelo conhecimento e aprêço da obra intelectual. Contribuir para a perfeita, benéfica vinculação espiritual entre os Estados do Brasil e do Brasil com as nações da América. Fortalecer o pensamento do Brasil, nacionalizá-lo, latinizá-lo, americanizá-lo. (CARNEIRO apud ACADEMIA, 1941, p. 248, grifo nosso)

Tais palavras integraram o discurso inaugural proferido por Levi Carneiro durante a cerimônia de posse como Presidente da Academia Brasileira de Letras e abrem a seção intitulada *Notícias*, anexada ao final do primeiro volume da fase V da RB (ACADEMIA, 1941). A publicação também conta com uma nota de apresentação intitulada *Revista Brasileira*, redigida pelo corpo de acadêmicos e letrados que compunham a comissão diretora da revista; entre eles, Levi Carneiro. Ao longo de toda a publicação, é possível perceber o direcionamento de um discurso que visa a universalização de uma nacionalidade brasileira – em resposta aos *regionalismos literários*, conforme destacado no trecho de abertura desta seção – significando-o a partir da definição de uma literatura nacional e nacionalizante.

A relação entre o discurso de nação e a definição de uma identidade literária é evidente quando analiso a mobilização de termos como *panamericanismo* ou *latinização* nos discursos proferidos pelo então presidente da ABL ou nos textos que integram a RB no referido período. Conforme é possível observar no trecho destacado, o desejo de valorizar uma dita literatura brasileira erudita está diretamente relacionado a uma tentativa de restaurar a sociedade brasileira, pois a literatura é compreendida como “a expressão da alma de um povo e sua qualidade depende da qualidade da alma desse povo” (ACADEMIA, 1941, p. II).

Neste momento, foi impossível não me recordar novamente de um intelectual que me acompanhou muito ao longo da dissertação: Teófilo Braga. Braga acreditava que a literatura possuía um papel interessante na identificação dos elementos portugueses e poderia ser a ferramenta que ressignificaria o século XIX. Contudo, não descartava os elementos relacionados à constituição social, cultural e política dos portugueses – que, em grande medida para o ensaísta, emergiam da literatura consumida e produzida ao longo dos séculos. Ou seja, à literatura caberia a missão de *guiar* a população para as práticas pertinentes ao fortalecimento moral, ético e cultural que elevariam a qualidade do país. E em muito isto me remete quando leio as considerações de Levi Carneiro sobre sociedade, cultura e literatura brasileira.

Sob tal ótica, a literatura ocuparia um espaço de consolidação das práticas e costumes locais, sendo utilizada não apenas como aquela que imprime o primor cultural local, mas também – e principalmente – como aquela que validaria o que *de bom* o país tem a oferecer. Um país que produz uma boa literatura é um país que contribui para o engrandecimento local e internacional, além de apresentar relevância no cenário das Relações Internacionais. Dessa forma, acredito que defender a consolidação de uma boa literatura brasileira pode estar vinculado à compreensão do próprio valor cultural, social ou político do Brasil. Ainda que seja muito recente para fazer afirmações tão incisivas, me parece cada vez mais nítido que a escolha pela Literatura não parte de uma ordem aleatória ou puramente artística, mas sim de uma coordenação institucional para a permanência em certos espaços a fim de validar determinados discursos (ainda não certamente definidos, tendo em vista o pouco tempo ao qual me dedico à presente investigação).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Intitulo esta seção como *considerações iniciais* porque estou longe de formular quaisquer considerações *finais*. Sequer seriam considerações *medianas*, pois mal me contento com as *iniciais* que arranharei nas linhas a seguir. Quanto mais escrevi sobre as fontes e os caminhos que me levaram a elas, menos consigo formular um posicionamento unificado sobre o trabalho que se revela à minha frente.

Parece-me claro que a empreitada pela reinvidicação dos direitos sobre a produção da RB dialoga com o projeto de país e de nação defendidos pela ABL, personificada no breve período que abordo através da figura do jurista Levi Carneiro. Este, por se tratar de uma figura de valor ímpar para a História do Direito no Brasil com o mesmo peso e relevância que apresenta nas instituições

culturais brasileiras, como a atuação na própria ABL; evidencia que a Literatura Brasileira pode ser interpretada e associada a uma lógica nacionalista e nacionalizante, pois é utilizada como palco para a construção e disputa de memórias coletivas. Tais construções de nacionalidade brasileira necessariamente dialogam com perspectivas jurídicas, culturais e artísticas que extrapolam o pouco espaço que aqui me cabe para maiores explanações.

Por ora, me contentarei com a percepção de que o resgate literário nesse momento não pode ser interpretado de forma leviana – evocando aqui o famoso *meme* do ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves. A expressão artística atende a uma necessidade sociopolítica do período, que urge pela primazia de um nacionalismo perfeitamente construído com os elementos considerados valiosos para a apresentação de um Brasil integrado ao discurso internacional, alinhado à lógica norte-americana e capitalista, mas que ao mesmo tempo corrobora com o projeto de governo em curso no ápice do Estado Novo. São muitos os elementos, identificados tanto no Brasil quanto no cenário internacional, que justificam a retomada literária.

Inicialmente, considerarei duas fortes possibilidades: a primeira, no âmbito efêmero, parte da premissa de que a literatura ocupa um lugar no entretenimento da nação – buscando, talvez, distraí-la dos absurdos que se desenrolam em prol do discurso varguista. A segunda, que me parece mais pertinente quando considero os discursos paratextuais de Levi Carneiro e da própria ABL, diz respeito ao direcionamento do discurso literário para uma estratégia de construção da identidade nacional como forma de ascender o Brasil a um lugar de destaque e relevância cultural – tendo em vista que, politicamente, a nação estremecia com os excessos da ditadura varguista.

Dessa forma, encerrarei esse breve texto com mais perguntas do que respostas – fugindo, talvez, da proposta inicialmente formulada para a apresentação deste trabalho final. A Literatura, neste momento, ainda me parece uma aspiração estética que atende às aspirações de determinados grupos e agentes que, pela falta de outros espaços ou oportunidades de confronto, encontram nas letras a forma ideal de imprimirem as próprias percepções sobre um Brasil idealizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. As quatro fases da “Revista Brasileira”. In: ACADEMIA Brasileira de Letras. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1941, p. 248-249.

BENJAMIN, Walter. **História da literatura e ciência da literatura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

CARNEIRO, Levi. **Discurso de posse**. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Disponível em: <<https://www.academia.org.br/>>. Acessado em 14 ago. 2022.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DUTRA, Eliana. Circuitos de mediação intelectual no Brasil e na Argentina: literaturas nacionais e trocas culturais transnacionais. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 216-260.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FRANCO NETO, Mauro. **A Revista Brasileira (1895-1899) e o espaço letrado finissecular: experiência do tempo e os desafios da ciência evolucionista no Brasil**. *Sæculum – Revista de História*, vol. 40, João Pessoa, jan./jun. 2019, p. 43-62.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: _____. **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-39.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

MARTINS, Maro Lara. **Intelectuais e experiência intelectual: modos de usar**. In: CABRAL, Cleber Araujo (et al) (orgs). *Cultura Intelectual em Perspectiva: linguagens, instituições e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2020, p. 143-161.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una práctica**. América: Cahiers du CRICCAL, n. 9-10, 1992, p. 9-16.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História, literatura e memória: uma discussão sobre universos**